

CIVILIZAÇÃO NA LINGÜÍSTICA BRASILEIRA NO SÉCULO XX

Eduardo Guimarães (Unicamp)

Resumo: O objeto deste artigo é o sentido da palavra *civilização* em textos de lingüistas brasileiros da metade do século XX, em torno da questão do português do Brasil. O texto parte de uma localização da palavra *civilização* e seus sentidos na história e mostra, pelo uso de procedimentos enunciativos de análise, como o conceito de *civilização*, ao aparecer como conceito teórico-metodológico, atravessa ideologicamente as análises destes lingüistas e dá a seu conhecimento um caráter normativo, não próprio do conhecimento científico.

Palavras-chave: semântica, *civilização*, cultura, história das idéias, língua.

Abstract: This paper explores the meaning of the word *civilization* in texts written by Brazilian linguists who dealt with the issue of Portuguese language in Brazil in the mid-XXth century. After localizing the word *civilization* and its meanings in history, the text uses enunciative procedures of analysis to show how the concept of *civilization*, since it appears as a theoretical-methodological concept, ideologically permeates these linguists' analyses and confers a normative characteristic to their knowledge, which is not suited to scientific knowledge.

Key-words: semantics, *civilization*, culture, history of the ideas, language.

Vivemos hoje um mundo não só dividido, como sempre, mas que significa esta divisão a partir de conflitos muito particulares. No plano global temos o conflito EUA versus mundo árabe, do qual participa de modo decisivo o Reino Unido. Este conflito tem muitas vezes sido formulado como um embate entre civilizações distintas. Ou, na formulação da "teoria" Bush, como o esforço americano para salvar os povos árabes da barbárie não democrática. Esta é uma das declinações mais comuns do que em outras

épocas os Estados dominadores formulavam como a necessidade de civilizar os povos não civilizados.

A importância deste conceito, e assim desta palavra, civilização, já envolveu trabalhos de historiadores como Febvre e Braudel, sociólogos como Mauss e Elias, lingüistas como Benveniste e Starobinski, entre tantos. A palavra civilização é uma palavra como *civilidade*, *cordialidade*, *cidadão*, *democracia*, *progresso*. São nomes e designam valores.

Do ponto de vista de um semanticista, torna-se importante percorrer as vicissitudes desta palavra que aparece para, de certo modo, absorver e modificar um conceito pré-existente que tem sua fortuna a partir do fim do século XVIII.

Meu objetivo neste texto não é tanto discutir o sentido geral da questão da civilização, mas localizar seu sentido na obra de alguns lingüistas brasileiros do século XX. Poderia parecer estranho que um conceito próprio do domínio dos valores possa ter interesse para uma ciência. Mas não só tem como chegou a ser fundamental para alguns lingüistas brasileiros, fazendo parte de seu conjunto de conceitos e noções e assim de sua prática científica. Vou me ocupar de três lingüistas brasileiros da metade do século XX: Ismael da Lima Coutinho, Francisco da Silveira Bueno e Serafim da Silva Neto. Darei atenção particular ao modo como refletem sobre a implantação do português no Brasil.

1 – CIVILIZAÇÃO: O CONCEITO E A PALAVRA

A palavra *civilização* aparece no século XVIII na língua francesa e logo em seguida em inglês. Ela aparece, com o sentido que aqui nos interessa, em Mirabeau em 1756. Em Starobinski (2001) encontramos algo que especifica o domínio de funcionamento semântico desta palavra deste o início:

ao chamar *civilização* o processo fundamental da história, e ao designar com a mesma palavra o estado final resultante

desse processo, coloca-se um termo que contrasta de maneira antinômica com um estado supostamente primeiro (natureza, selvageria, barbárie). (p. 16)

Esta divisão fundamental da palavra, mantida como uma pela antinomia que se garante tanto num caso como no outro, vai fazer com que na sua história *civilização* ora apareça no singular, *a civilização*, ora no plural, *as civilizações*. Como nós diz Braudel (1987) no seu *A Gramática das Civilizações*:

Por volta de 1819, a palavra *civilização*, até então no singular (*a civilização*), passa para o plural.

Desde então, ela “tende a assumir um novo sentido, *totalmente distinto*: o conjunto das características que a vida coletiva de um grupo ou de uma época apresenta”. Dir-se-á: a civilização de Atenas no século V, a civilização francesa durante o século de Luís XIV. Colocar claramente esse problema *da e das civilizações* é suscitar uma nova complicação, e não a menor.

Na verdade, é o plural que prevalece na mentalidade de um homem do século XX; e, mais que o singular, é ele diretamente acessível às nossas experiências pessoais. (p. 28)

Se há de fato este caminho em direção ao plural, ele, no entanto, não se fixa sozinho no século XX. Tanto as análises que faremos aqui mostrarão a permanência do singular, quanto podemos levar em conta as considerações apresentadas por Starobinski (2001, p. 48-54) sobre os vários sentidos de *civilização*, ainda hoje.

Em todo esse processo me interessa muito particularmente a reflexão de Starobinski (1989), em “A Palavra Civilização”, a propósito da entrada tardia em cena da palavra (já que vem designar algo pré-existente):

Deve-se dizer, sem excessivo paradoxo, que a entrada em cena da palavra *civilização* (em uma época tardia do que chamamos hoje ainda civilização ocidental), bem longe de ajudar a ordem constitutiva da sociedade civilizada, marca o início de sua *crise*. A pulverização do sagrado institucional, a impossi-

bilidade para o discurso teológico de continuar a valer como “concreto e absoluto” (Eric Weil) convidam a maior parte dos espíritos a buscar com toda a urgência absolutos substitutivos. E é então que a própria noção de *civilização* propõe seus serviços. Mas, como ela se rompe e se cinde imediatamente entre um valor (ausente) e um fato (dificilmente aceitável), revela-se inapta para preencher a função até então destinada ao absoluto teológico. O conceito de *civilização* viria, no declínio mesmo da *civilização*, anunciar a morte daquilo que nomeia? (p. 53)

A conclusão a que chega Starobinski é que “a oposição entre a *civilização* e a *barbárie* equilibra-se em uma suspensão interrogativa. Isso não leva a renegar a *civilização*, mas a reconhecer que ela é inseparável de seu avesso” (p. 56).

2 – DOMÍNIO SEMÂNTICO DE DETERMINAÇÃO

Para desenvolver minha análise vou procurar estabelecer o que *civilização* designa nos textos dos autores acima especificados. Para mim a designação de um nome é, tal como já estabeleci em *Semântica do Acontecimento* (GUIMARÃES, 2002, p. 9), sua significação enquanto algo próprio das relações de linguagem e também, e por isso mesmo, enquanto uma relação simbólica exposta ao real, enquanto uma relação tomada na história. Deste modo a designação identifica objetos, tal como diria Rancière (1992). Neste sentido a designação difere do que é a referência. A referência de uma expressão lingüística é a particularização de algo na e pela enunciação.

Por outro lado, dizer o que um nome designa é para mim poder dizer com que outras palavras ele se relaciona no que venho chamando *Domínio Semântico de Determinação* (DSD).

Um estudo lexical, como este, não pode, do nosso ponto de vista, ser referencial. Ou seja, não se trata de dizer que o sentido destas palavras diz simplesmente respeito ao objeto que ela pode referir em enunciações específicas. Isto significa, de imediato, em uma recusa das teorias veritativas sobre o sentido.

É preciso pensar as palavras nas suas relações com outras palavras. E neste aspecto é preciso recusar, pela própria posição da semântica em geral, as relações etimológicas e assim as “famílias” de cognatos. Um outro aspecto antes do principal: qual nossa unidade de análise? Em princípio se poderia pensar que é a palavra. Mas não é o caso. Para nós a unidade de análise é o enunciado em que funcionam, pela enunciação, as palavras. E, nesta medida, a questão é saber o que significa uma palavra no enunciado em que é enunciada enquanto elemento de um texto. Ou dito de outro modo, é preciso tratar as palavras nas relações que suas enunciações constroem.

Assim, se quero saber o que *civilização* designa preciso analisar seu funcionamento em textos específicos, observando a palavra a partir do enunciado em que está. Para poder configurar meu procedimento de análise gostaria de especificar que para mim a enunciação constitui-se por dois procedimentos fundamentais: a) procedimentos de reescrituração; b) procedimentos de articulação.

2.1 – PROCEDIMENTOS DE REESCRITURAÇÃO

A análise específica das obras se fará por um procedimento muito particular. Como tomarei como lugar de observação a questão da significação, vou observar para análise o funcionamento enunciativo que dispõe nestas obras os conceitos, noções, categorias e descrições do sentido. Tal como venho considerando (GUIMARÃES, 2000, 2002), a organização enunciativa, o como se diz, é um processo constante de determinação. Analisar este processo é buscar interpretar como e quais determinações se dão num acontecimento específico de linguagem, um texto, por exemplo. Acontecimento, de resto, determinado por outros acontecimentos anteriores e posteriores.

Para melhor configurar este procedimento de análise interna de textos, vou tomar como fundamentais para a entrada no funcionamento enunciativo o que chamo de operações enunciativas.

Estas se caracterizam como agenciamentos específicos pelos quais o acontecimento do dizer mobiliza a língua em textualidades particulares. Estes agenciamentos se caracterizam pelas marcas que a enunciação apresenta como diferenças no fio da textualidade que se mostra como formulada pelo presente do locutor.

De modo geral vou considerar dois tipos de procedimentos: a reescrituração e a articulação. A reescrituração é o procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si. Este procedimento, atribui (predica) algo ao reescriturado.

Esta reescrituração é o procedimento que coloca em funcionamento uma operação enunciativa fundamental na constituição do sentido de um texto. Vou chamá-la de operação de predicação. Não se trata aqui da relação de predicação entendida como própria do enunciado, da sentença, da frase. Trata-se de uma operação pela qual, no fio do dizer, uma expressão se reporta a outra, pelos mais variados procedimentos. Ou por negar a outra, ou por retomá-la, ou por redizê-la com outras palavras, ou por anáfora, catáfora, substituição. Para exemplificar, tomemos um caso de que tratamos em outro lugar. Consideremos a designação de *povo* nas seqüências que seguem de Pacheco Silva Júnior (1903):

A gramática, codificação das leis promulgadas pelo povo, consiste em grande parte em fenômenos semânticos.

Noutro passo do texto reescreve *povo* tal como segue:

O povo desconhece o sentido dos sufixos, mas pelo uso contínuo de palavras com eles formadas, cria outros derivados diretamente análogos, e muitas vezes inconscientemente. Os eruditos formaram *altruísmo*, *otimismo*; o povo, sem cogitar da significação do sufixo, foi com ele criando outros vocábulos (sebastianismo, florianismo, burrismo, caftismo, etc).

A relação que se estabelece na segunda seqüência entre *povo* e *eruditos* predica *povo* de tal modo (o que não ocorrera na primeira seqüência) que *povo* é e não é o conjunto de todos os

que são cidadãos. *Povo* acaba por significar aqueles que não sabem a língua tal como os eruditos.

Estas operações de predicação são de grande importância aqui porque elas permitem tratar a constituição de idéias sem se limitar aos procedimentos gerais de apresentação de conceitos, ou de definições de categorias (também eles procedimentos de reescritura). Interessa, mais que uma definição, o próprio sentido que podemos reconhecer numa palavra, na medida em que a enunciação pratica uma idéia, mesmo que não a defina diretamente.

2.1 – PROCEDIMENTOS DE ARTICULAÇÃO

De outra parte, o que vou aqui chamar de procedimentos de articulação diz respeito às relações próprias das contigüidades locais. De como o funcionamento de certas formas afetam outras que elas não redizem. Não vou me deter aqui na maior especificação desta categoria. Prefiro especificá-la pela indicação de um caso que aparecerá mais à frente.

Tomemos a seqüência abaixo, da obra de Ismael da Lima Coutinho:

A língua portuguesa, para aqui trazida pelos descobridores e colonos lusos, apesar do prestígio que lhe dava uma civilização notável e o poder das armas, já comprovado em reencontros memoráveis...

Nela temos a palavra *civilização*. Ela aparece relacionada diretamente do seguinte modo: está numa expressão referencial determinada por *uma* e por *notável*.

Nesta medida, *civilização* aparece determinada por *notável*, a que constitui na sua designação uma diferença hierarquizada que vai do *notável* (mais positivo) ao *não notável* (menos positivo), e nesta medida esta *civilização* é uma dentre muitas.

2.3 – DSD E DETERMINAÇÃO

As relações que constituem para mim um DSD são relações de determinação que devemos configurar a partir das descrições através dos dois procedimentos acima. Não se trata para mim da relação de determinação própria dos termos num enunciado. Vou utilizar a noção de determinação para especificar que tipo de relação existe entre as palavras num domínio semântico relativo ao conjunto de palavras, tratadas relativamente a seu sentido. Assim, por exemplo, se encontramos uma relação entre progresso e civilização (relação que encontraremos nas análises a serem feitas a seguir), o que precisamos é dizer qual a direção da determinação. Suponhamos que nossas análises digam que progresso determina civilização. Assim o DSD destas palavras será (se ele se limitasse às duas palavras): progresso —| civilização (que se lê “progresso determina civilização”; o traço vertical neste modo de representação estará sempre do lado da palavra determinada). A relação de determinação para mim é tal que não há algo determinado a menos que algo seja seu determinante e vice-versa. Nada é uma coisa ou outra em si, mas nas relações específicas que se estabelecem. Além desta relação decisiva no modo de constituição de um DSD, consideraremos também duas outras relações: a de sinonímia, no caso de não haver determinação entre as palavras e elas participarem de um mesmo DSD (poderia dizer que ambas se co-determinam); e a de antonímia, no caso de alguma palavra não fazer parte das relações de determinação próprias de um DSD, mas aparecerem necessariamente como opostas ao DSD considerado.

3 – AS ANÁLISES

Para nós a análise do sentido de um item lexical, um nome como *civilização*, se faz pela descrição das relações entre pala-

avras através da observação dos procedimentos acima apresentados. A partir desta descrição o semanticista deve relacionar as palavras descritas.

Ou seja, é preciso dizer qual a “língua” do acontecimento de linguagem que se estiver analisando. É preciso mostrar relações entre palavras enquanto relações na língua. E a língua, tal como a penso, está exposta à enunciação (enquanto acontecimento histórico), e isto a constitui.

Vou analisar alguns textos de alguns autores, considerando a presença da palavra *civilização*. O que me interessa é dizer o que *civilização* designa nestes textos. Isto significa que vou estabelecer, a partir da aplicação dos dois procedimentos de descrição que estabeleci, o DSD desta palavra para estes textos.

Vou analisar especificamente, como disse, a designação de *civilização* em três lingüistas brasileiros cuja produção se apresenta a partir do final dos anos 1930: Ismael da Lima Coutinho, Silveira Bueno e Serafim da Silva Neto. Vou tomar como *corpus* mais específico suas obras, *Pontos de gramática histórica* (COUTINHO, 1ª ed.: 1938), *Estudos de filologia portuguesa* (BUENO, 1ª ed.: 1946) e *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil* (SILVA NETO, 1ª ed.: 1950). Vou deter minha atenção no tratamento do português no Brasil que, por si, já coloca a questão das diferenças entre povos e histórias. Faço essa escolha pelo fato de que, como já vimos, a palavra *civilização* opera de modo muito específico na reflexão das diferenças entre sociedades e modos históricos de existência.

3. 1 – ISMAEL DA LIMA COUTINHO

Começemos pela observação do primeiro aparecimento da palavra *civilização*, no capítulo “O Português do Brasil” em que o autor vai falar do que caracteriza o português brasileiro. Ela vem numa expressão referencial: “uma civilização notável” (p. 322).

Ou seja, no seu aparecimento ela vem qualificada como notável, num sintagma nominal indefinido. O que nos leva ao sentido de uma entre outras. E assim o domínio do que civilização designa já aparece predicado por uma diferença hierarquizada, entre o *notável* e *não notável* (fica colocada a notabilidade da civilização, que poderia ser relacionada à noção de progresso). Na primeira aparição da palavra, que a coloca em cena para o que se vai descrever, há um procedimento de articulação muito particular formulado pelo sintagma nominal em questão. Um outro aspecto, esta expressão é parte de uma expressão predicativa a propósito de “língua portuguesa” e “descobridores e colonos lusos”. Assim a civilização notável é um predicado de Portugal, e podemos dizer da Europa.

Isto nos leva, então, à observação de como esta expressão referencial é reescriturada no decorrer do texto. Podemos dizer que ela é reescrita por “os centros civilizados” (p. 323) e por “o influxo civilizador” (p. 326). Temos assim a seguinte reescrituração: a) Uma civilização notável, b) Os centros civilizados, c) O influxo civilizador, d) O homem civilizado.

Esta reescrituração nos coloca que *b*, *c* e *d* reescrevem basicamente o nome (civilização) da expressão referencial *a* e ao mesmo tempo carrega o caráter *notável* expresso nesta expressão. Por outro lado, esta reescrituração coloca uma exterioridade para as civilizações. Se há civilizações notáveis e não notáveis, e assim ainda estamos no interior das civilizações, há algo que está fora do “centro civilizado”. Esta exterioridade aparece referida diretamente na relação com *b*. E assim somos levados a uma outra designação, “aborígene”, que aparece articulada também numa expressão referencial, agora definida: “o aborígene brasílico” (p. 323). Esta expressão referencial toma todo o conjunto de povos indígenas brasileiros como uma única e mesma coisa. Esta expressão aparece articulada a uma relação predicativa “concentrou-se nas florestas remotas de Mato Grosso, Amazonas, Goiás,...” (p. 323). Esta predicação leva a determinar aborígene

por esta relação com o remoto, com as florestas, que são aqui o oposto do centro, da civilização.

E aqui toma grande interesse que “uma civilização notável” (p. 322) se reescreve “o homem civilizado” (p. 326). Deste modo a formulação de Coutinho nos dá uma oposição entre classes de sujeito: de um lado “homem civilizado”, de outro “aborígene brasílico”. Levando um pouco mais adiante este aspecto vamos encontrar, numa articulação muito particular, “o homem civilizado no combate à ignorância” (p. 326). A oposição entre “homem civilizado” e “ignorância” projeta a ignorância para “aborígene brasílico” e assim o predica fundamentalmente.

Como estamos aqui interessados pelo pensamento de um lingüista, não podemos deixar de observar que o aborígene brasílico é caracterizado por ter-se afastado para lugares remotos mas também por “onde até os nossos dias vive guardando, com os costumes, a língua de seus antepassados” (p. 323). Ou seja, aborígene brasílico é predicado por seus costumes específicos e por sua língua. E aqui toma interesse observar, não só o que significam estas línguas, mas principalmente o que designa uma variedade da língua portuguesa, “dialeto caipira”. Ela aparece na expressão referencial “o dialeto caipira” (p. 326) enquanto especifica uma variedade da língua portuguesa, ou seja, algo que é parte do que predica o homem civilizado. Na seqüência do texto (p. 326) “o dialeto caipira” é reescriturado como segue: a) o dialeto caipira, b) o dialeto caipira, c) ele.

Tomemos as seqüências em que aparecem estas três reescriturações:

As sucessivas modificações que se têm operado na vida nacional, principalmente nestes últimos tempos, tornam precária a vitalidade do dialeto caipira.

Os centros remotos, em que viviam insulados os nossos tabaréus, estão sofrendo, a pouco e pouco, o influxo civilizador. “Era impossível, afirma Amadeu Amaral, que o dialeto caipira deixasse de sofrer com tão grandes alterações do meio social.”

Época virá, que aliás não está longe, em que ele certamente há de desaparecer, em face dos recursos de que dispõe o homem civilizado no combate à ignorância (p. 326)

Vê-se como “o dialeto caipira” articula-se a “precário” e como se afirma sobre “ele” que “há de desaparecer”. E a razão do desaparecimento é o combate à ignorância por parte do homem civilizado. O que predica *ignorância* sobre *dialeto caipira*. E assim dialeto caipira, que é língua portuguesa, é tão ignorância quanto a ignorância do aborígene brasílico e seus costumes e línguas.

Desse modo, aquilo que está fora da civilização, pode ser parte dela. E assim exclui-se inclusive do que não está fora. E por quê? Porque há algo que está dentro que é da ordem do fora, como se pode ver através de uma seqüência absolutamente descritiva e aparentemente neutra, que é afirmada a propósito dos aborígenes e suas línguas e costumes:

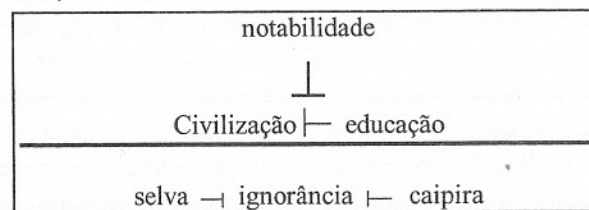
de tão longo convívio com o idioma português, nesta parte do continente americano, ficaram vestígios não apenas em nossa fala mas principalmente no vocabulário brasileiro. (p. 323)

Em outras palavras, a presença da influência indígena, das florestas remotas, sobre o dialeto caipira dos centros remotos, não subsistirá por ser ignorância. E assim a língua portuguesa se desfará destes predicados não civilizados.

E aqui toma interesse o fato de que se o homem civilizado é o falante do português, e o aborígene, das línguas indígenas, os falantes do dialeto caipira são “nossos tabaréus” (326). Também estes predicados como ignorantes, do mesmo modo indireto que os aborígenes. Falantes e línguas se constituem e se predicam mutuamente e dividem os falantes deste espaço de enunciação em civilizados e ignorantes. O que coloca no domínio da designação de civilizado a educação.

Estas análises me permitem fazer a seguinte apresentação para o domínio semântico de determinação de civilização no texto de Ismael da Lima Coutinho (o traço que separa o domínio indica

a relação antonímica entre o que vem abaixo do traço e o DSD considerado):



Ou seja, fazemos a hipótese de que o DSD acima é aquilo que constitui a designação de *civilização* na “língua científica” de Ismael da Lima Coutinho.

Posto isto podemos ver um aspecto importante a propósito da civilização e da língua no Brasil. Se nos perguntamos como entra o Brasil nesta relação, vemos que ele está aí marcado por *caipira*. Por outro lado, o conceito de civilização aparece no texto de Coutinho como modo de caracterizar a língua portuguesa e assim poder percorrer sua história de implantação contra as línguas aqui existentes. E é nesta medida que todo o campo de oposição a civilização aparece diretamente caracterizado por relações de falantes e línguas. E em que medida *ignorância*, *selva*, *caipira* são do domínio antonímico de civilização? Enquanto fatos da história brasileira.

Em outras palavras, a civilização é o que identifica o Brasil e sua língua por serem ambos determinados pela Europa, pela colonização. Contrariamente, o que se opõe à civilização antonimicamente, a ignorância, determina selva (e selvagem) e caipira. Ou seja, a ignorância e o selvagem (primitivo) são uma questão do Brasil enquanto lugar de litígio entre a civilização (educada) e a ignorância dos povos originários do Brasil.

3.2 - SILVEIRA BUENO

Logo no início de *Estudos de filologia portuguesa*, Silveira Bueno nos traz a palavra *civilização*: “O conhecimento da civi-

zação de um povo, num dado momento da sua história...” (p. 5). No decorrer do texto que introduz sua obra encontramos *civilização* reescriturada por “pensamento cultural” (p. 8), que aparece quase como uma paráfrase direta, e por “produção literária” (p. 8), que apresenta um de seus aspectos. Um pouco mais adiante aparece reescriturada por “civilização”, “cultura” e “civilizações” (p. 9). E um pouco mais à frente aparece ainda “civilização”, “dados culturais” (p. 11) e “civilização” (p.12). O que nos dá as seguintes reescriturações: civilização, pensamento cultural, produção literária, civilização, cultura, civilizações, civilização, dados culturais, civilização.

O principal de toda esta reescrituração é a relação que se estabelece de maneira direta entre civilização e cultura. O interesse disto está em que nestas reescriturações podemos observar como a primeira ocorrência de *civilização* vem numa expressão referencial “a civilização de um povo” (p. 5). Se observamos agora como esta expressão referencial é reescriturada, encontramos: “o pensamento cultural de um povo” (p.8), “toda a sua produção literária em determinada época” (p. 8), “uma civilização” (p.9), “uma cultura” (p. 9), “as civilizações” (p. 9), “os dados da civilização” (p. 11), “a soma dados culturais que tais escritos lhe possam trazer” (p. 11), “estado de civilização” (p. 12).

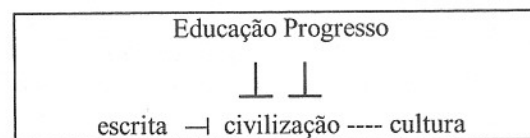
Estamos diante da palavra *civilização* no plural, e neste sentido ela aparece como claramente sinônimo de cultura.

Avancemos agora na consideração das articulações em que a palavra e suas reescrituras se dão. No primeiro caso temos a expressão referencial determinada por “de um povo”, o que faz com que a expressão referencial definida signifique a relação uma civilização - um povo, tal como para “pensamento cultural de um povo”. O que vai na direção do sentido plural para civilização. Não há uma civilização, há civilizações, cada povo tem sua civilização, tal como sua cultura. Aqui se poderia então dizer que civilização e cultura são sinônimos e que assim ela não traz nenhum elemento de valor. Engano. Continuando a observar as articula-

ções em que aparece *civilização*, ou uma de suas reescriturações, encontramos “civilização” como determinante de “estado”, sendo que “estado de civilização” aparece determinado por “adiantado” (“adiantado estado de civilização”, p. 12). E, assim, se temos estados de civilização adiantados, temos estados de civilização não adiantados. E é de grande interesse observar que “adiantado estado de civilização” é uma determinação de “índice” formando a expressão “índice de adiantado estado de civilização” que reescritura, especificando, “a língua culta e fixada pela escola, pelos livros” (p. 12). Deste modo, “índice de adiantado estado de civilização” é um predicado de língua culta e fixada pela escola, pelos livros. O que, de uma só vez, nos dá a relação entre *escrita* e *culta* e assim o *culto* e o *escrito* como índice de progresso como o que predica positivamente civilização.

O sentido de civilização, determinado por progresso, assim, reaparece como valor, mesmo que não instale diretamente a barbárie, o primitivo como um fora. Ele está dentro da civilização, como aquilo que é de menor valor, do qual se deve afastar. E nesta medida determina cultura enquanto seu sinônimo.

Chegamos assim ao seguinte DSD (o sinal — se lê *é sinônimo de*):



Observemos agora como Silveira Bueno fala da questão da implantação do português no Brasil. Se vamos ao capítulo final da obra, “A Língua Portuguesa no Brasil”, encontramos logo no seu início:

...os missionários, os primeiros colonos, todos tiveram de aprender a expressão dos silvícolas a fim de trazê-los à civilização cristã ou de com eles entabular negociações. (p. 209)

E aqui vemos claramente que *civilização* está no sentido plural da palavra, o que a expressão referencial definida, com um *a* antes e o *crístã* depois do nome, confirma. Este caráter de nome plural (as civilizações), que se aproxima de uma sinonímia com cultura, leva a uma reescrituração de civilização na parte em que o autor fala das influências na sintaxe, das línguas indígenas no português. Dizendo que o francês deixou este tipo de influência na língua portuguesa e as línguas indígenas não, e reescrevendo civilização por cultura diz:

Isto porque o francês é superior ao português como instrumento de cultura. O tupi-guarani, neste ponto, muitíssimo inferior ao português, não poderia ter deixado neste grandes traços da época bilíngüe. (p. 223)

O que se nota é a sinonímia *civilização* - - - *cultura* funcionando determinada por uma hierarquia de valores que o sentido de progresso explica. E mais uma vez o “muitíssimo inferior” (o primitivo) faz parte do domínio das civilizações, não como diferença, mas como insuficiência.

3. 3 - SERAFIM DA SILVA NETO

Em *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, Serafim da Silva Neto nos coloca diante da palavra *civilização* logo no início da obra, no momento mesmo em que vai caracterizá-la, apresentar seus objetivos. No primeiro parágrafo da Introdução, ele nos diz:

Este livro nada mais pretende ser do que um pequeno ensaio. Foi nosso escopo encontrar apoio na história do Brasil, na formação e crescimento da sociedade brasileira, para colocar a língua no seu verdadeiro lugar: expressão da sociedade, inseparável da história da civilização. (p. 13)

Um aspecto fundamental: *civilização* aparece no singular, trata-se “da civilização”. E a palavra assim caracterizada pela

articulação na expressão referencial de que participa, aparece reescrita na seqüência do texto por “evolução histórico-social” (p. 14), por “evolução histórico-social” (p. 15), por “civilização” (p. 16), por “civilização” (p. 19), por “civilização” (p. 20), por “mundo civilizado” (p. 20), por “centros cultos” (p. 28), por “padrões de cultura” (p. 31) por “civilização” (p. 36), por “religião, hábitos, língua” (p. 95), etc.

Nestas reescrituras, a palavra *civilização*, que reaparece insistentemente, não recebe, nas suas articulações no decorrer do texto, especificações distributivas, ou seja, reescrituras que lhe atribuíssem o sentido do plural (as civilizações). O que tem este tipo de particularização são as palavras que especificam civilização ao reescrevê-la. Assim “evolução histórico-social” está em expressões referenciais especificadas por do povo brasileiro (“na etnografia e na evolução histórico-social do povo brasileiro”, p. 14), ou do Brasil (“a evolução histórico-social do Brasil”, p.15); “Centros Cultos” (p. 28), além de ser já uma expressão plural está numa expressão referencial cujo determinante é “os” e faz parte de uma expressão de lugar, o que significa então a diversidade de lugares cultos; “padrões de cultura”, além de estar também no plural está numa expressão referencial, “os próprios padrões de cultura” (p. 31), que por si só opõe “próprios padrões” a “outros padrões”. A civilização é única e se caracteriza por especificações particularizadoras: religião, hábitos e língua; cultura, padrão de cultura; assim como por reescrituras que a predicam: evolução histórico-social.

Desenha-se assim o sentido de civilização como valor. Isto se configura claramente se observamos algumas articulações específicas em que a palavra aparece. Numa passagem em que Serafim caracteriza a relação do português com as línguas existentes no Brasil antes da chegada dos portugueses ele diz:

...Traçar a história da língua portuguesa nestas terras de Santa Cruz: sua vitória sobre línguas exóticas e sua progressiva implantação... (p. 15)

E numa passagem em que trata do português falado por índios e negros, diz que a semelhança entre o português que falavam era natural, pois ambos estavam “em atrasado estágio de civilização” (p. 36). E mais, este português de índios e negros não é, para o texto de Silva Neto, uma língua, é uma “fala xacoca” (p. 95), que será abandonada: “o mameluco tomaria o partido do pai branco, contra a parentela da mãe autóctone” (p. 95), citação de Calógera que aqui assume, por uma interessante operação argumentativa, a força de uma argumentação dupla, a do autor da obra e a do autor citado.

Em outras palavras, a língua portuguesa vence línguas exóticas, que são línguas de falantes em estágio atrasado no processo da civilização. Civilização vai assim operando claramente seu sentido de valor universal e que envolve o sentido de progresso. O exótico é o atrasado, é o primitivo. E é natural que a civilização vença. E a civilização tem assim um fora, o exótico, o primitivo, o atrasado, que, se se inclui no dentro da civilização, descaracteriza-a, pelo atraso.

O sentido do progresso tem um momento muito particular de significação no texto de Serafim da Silva Neto. Trata-se de quando ela caracteriza a “língua escrita”, que reescreve “superior produto de intercomunicação” e é reescrita no texto por “poderoso reflexo de civilização e mantenedor da unidade” (p.19). Esta reescritura de *língua escrita* está diretamente relacionada ao que civilização designa e ao mesmo tempo ao sentido da superioridade que ao ser atribuído a língua escrita se atribui transitivamente a civilização. O mesmo ocorre com mantenedor da unidade, que ao reescrever língua escrita a define, e nesta medida fica também atribuído a civilização, como o processo (normativo) que busca a unidade, a unidade no progresso, que vai do primitivo ao superior.

Por outro lado, encontramos no início do capítulo “Diferenciação e Unificação do Português do Brasil”:

A decisão de colonizar o Brasil carregou para a grande possessão americana milhares de povoadores e pôs face a face duas culturas diferentes: a dos europeus e a dos habitantes da terra. (p. 30)

Aqui a diversidade se marca pelo plural *culturas*. E assim os elementos de particularização são os elementos culturais (religião, hábitos, língua, etnografia). Ou seja, uma língua é, pela sua diferença com outras, elemento de uma cultura diferente de outras, mas é elemento de civilização se determinado pelo valor civilizatório. Sobre isso basta lembrar a caracterização de *língua escrita* de Silva Neto apresentada acima.

A análise acima nos leva ao seguinte DSD:

	Progresso ⊥ ├—civilização —┤língua escrita ⊥ norma
Cultura —┤ povo ⊥ religião-hábitos-língua	exótico, primitivo

Uma importante característica aqui é o fato de que consideramos que o DSD de *civilização* determina o de *cultura*, ou seja, não são as características sociais, históricas de um povo que determinam, que predicam sua civilização, mas é a civilização como valor que predica uma cultura. E podemos dizer que *cultura* é de um DSD específico que se inclui no DSD de *civilização* quando determinado por esta. E assim há cultura exótica, primitiva, de um lado e cultura civilizada de outro. E isto está diretamente ligado ao fato de que *progresso* determina *civilização*, o que leva a que o progresso não determina o exótico e o primitivo, que

estão no domínio antonímico do DSD. Para estar afetado pelo progresso, é preciso entrar no domínio da civilização.

Vemos assim, no pensamento de Silva Neto dois conceitos distintos: civilização e cultura. Por outro lado, o conceito de civilização é um princípio de valorização e nesta medida ele separa as culturas e seus elementos entre civilizadas e não civilizadas. A civilização é norma de julgamento.

4 - CONCLUSÃO

A palavra *civilização* faz parte da língua científica da lingüística de Coutinho, Silveira Bueno e Silva Neto. Em outras palavras, ela designa um conceito destas lingüísticas. Embora não designe exatamente o mesmo nos três casos, traz sempre o sentido de oposição ao “primitivo” ao “exótico”, à “ignorância”. Ou porque designa algo que tem uma relação antonímica com estas palavras ou porque designa algo que tem no seu pólo negativo estas palavras. Ou seja, mesmo que o plural de civilização faça parte do seu sentido, esta pluralidade é hierarquizada na direção do que *progresso, educação, língua escrita*, por exemplo, designam.

Vemos, então, como a lingüística (e a filologia) de meados do século XX, ainda está ligada a questões próprias do debate sobre a língua nacional da segunda metade do século XIX. E esta manutenção da questão da língua nacional se apresenta nestes casos pela presença de uma marcação ideológica direta na construção de conceitos descritivos e de análise. Ou seja, a presença de um conceito valorativo, como o de civilização tal como ele aparece nos três autores, constitui uma operação valorativa que atravessa e determina o procedimento de análise. O pensamento dos três autores, como de outros lingüistas de antes e depois, ao incluir a “civilização”, tal como faz, é parte do processo de busca

de uma identidade do Brasil (sua língua) a partir da escolha de um modelo. Ou seja, estamos diante de uma lingüística que produz um conhecimento normativo, mesmo que não se trate de uma gramática (ou dicionário) concebida como arte.

Em outras palavras, o processo de interpretação dos autores estudados aqui é dirigido normativamente, ideologicamente, e não criticamente. Neste sentido ele conforma a descrição e não resulta, como deveria ser no caso de uma disciplina científica, de exigências teóricas da descrição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENVENISTE, Emile. *Problemas de lingüística geral*, v. 1. Campinas-SP: Pontes, 1988.
- BUENO, F. da Silveira. *Estudos de filologia portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1967.
- BRAUDEL, F. *Gramática das civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- ELIAS, N. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1974.
- FEBVRE, L. La civilization: evolution d'un mot d'un groupe d'idées. *Civilisation, Le mot et l'idée*. Seminaire International de Synthèse, Paris: 1930.
- GUIMARÃES, E. Sentido e acontecimento. *Gragoatá*. Niterói: EdUFF, 2000.
- . *Semântica do acontecimento*. Campinas-SP: Pontes, 2002.
- MAUSS, M. Les civilisations. éléments et formes. *Civilisation, le mot et l'idée*. Seminaire International de Synthèse, Paris, 1930.
- RANCIÈRE, J. *Os nomes da história*. Campinas-SP: Pontes/Educ, 1992.
- SILVA NETO, S. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença/MEC, 1950.
- STAROBINSKI, J. *A palavra civilização: as máscaras da civilização*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.